

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: wswj7fmo <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 16/11/2021 Projeto de lei nº 1062/2021 Protocolo nº 12295/2021 Processo nº 1657/2021	
<b>Autor:</b> Dep. Wilson Santos		

**Dispõe sobre o depósito em dinheiro de fiança através de Pix nas delegacias de Polícia do Estado de Mato Grosso.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O depósito em dinheiro de fiança poderá ser feito, também, através de PIX nas delegacias de Polícia do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único. O PIX é uma forma de pagamento a vista, criado pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução BCB nº 01 de 2020.

Art. 2º O comprovante do pagamento do PIX deverá constar na certidão juntada aos autos e no Livro de Fiança.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei para disciplinar o procedimento de depósito em dinheiro de fiança, através de PIX, nas Delegacias da Polícia Civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de Lei tem o objetivo de permitir a transação de PIX para efetuar o pagamento de fiança através de depósito em dinheiro, que é um dentre outros meios de pagamento previstos no art. 330 do Código de Processo Penal (CPP), senão vejamos:

“Art. 330. A fiança, que será sempre definitiva, consistirá em depósito de dinheiro, pedras, objetos ou metais preciosos, títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal, ou em hipoteca inscrita em primeiro lugar”.

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

Vale ressaltar que o art. 330 do CPP possui a redação original do Código Processual Penal, datado do ano de 1941, onde, inclusive traz a previsão do pagamento da fiança através de pedras, objetos ou metais preciosos e outras formas que estão desatualizadas.

Assim, esta proposição pretende possibilitar que o depósito em dinheiro seja feito através de PIX pelo afiançado, sendo a maneira mais atualizada, segura e eficaz em consonância às novas tecnologias ofertadas pelas instituições financeiras.

No aspecto da constitucionalidade o projeto ora apresentado encontra fundamento no art. 24, XI da Magna Carta, onde preceitua que os Estados possuem competência concorrente com a União para legislar sobre procedimentos em matéria processual, senão vejamos:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XI - procedimentos em matéria processual;”

Portanto, não há qualquer óbice quanto ao prosseguimento da presente proposição, pois está de acordo com a Constituição Federal e, também, com o CPP.

Dessa forma, passo a expor sobre o PIX, os benefícios para o Estado, Policiais e afiançado:

- Sobre o PIX

O Pix, sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, mudou completamente o cenário do mercado de meios de pagamento do Brasil.

Desde seu lançamento, em novembro de 2020, o Pix já é um forte candidato para se tornar um dos principais meios de pagamento para os brasileiros. Isso porque a instantaneidade que o sistema de pagamentos do Banco Central consegue oferecer é um conceito que já vinha se tornando cada vez mais essencial nos meios de pagamento.

E foi exatamente assim que o Pix chegou no mercado: suas transações bancárias podem ser realizadas em qualquer dia do ano, o que inclui finais de semana e também feriados, além de terem uma disponibilidade de 24 horas por dia.

- Benefício para o Estado e Policiais:

Em relação ao Estado, tal procedimento será benéfico pois permitirá receber os valores da fiança de forma rápida, segura e imediata através de transferências de PIX, evitando, assim, o gasto com a abertura de procedimentos administrativos e criminais caso haja o sumiço desses valores nas Delegacias de Polícia, conforme informo abaixo:

Atualmente, o pagamento da fiança, arbitrada pelo Delegado de Polícia nos procedimentos criminais, é feito através de dinheiro em espécie diretamente ao agente responsável pelo procedimento policial e, posteriormente, recolhido através de depósito no banco durante o expediente bancário.

Ocorre que, a Delegacia de Polícia trabalha em regime de plantão nos finais de semana e feriado e esse dinheiro acautelado da fiança, que em alguns casos é de vultosa quantia, é passado de plantão para plantão até que seja recolhido no estabelecimento bancário no próximo dia útil.

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

Por exemplo, se o pagamento da fiança for feito numa sexta-feira à noite, esse valor deverá ser acautelado na Delegacia, pelo menos, até as 10h de segunda-feira para o recolhimento no banco, se não houver feriado nesse dia. Assim, esse dinheiro deverá ficar acautelado pelos plantonistas de sexta, sábado e domingo se não houver feriado na segunda-feira.

Assim, tal procedimento gera enorme insegurança, principalmente para os policiais plantonistas que responderão por procedimentos administrativos e, também criminais, se esses valores forem subtraídos enquanto estiverem acautelados na Delegacia.

- Benefício para o afiançado:

Nos dias atuais, após o arbitramento da fiança pelo Delegado de Polícia, nos termos do art. 322 e seguintes do CPP, a família do afiançado, por muitas vezes, precisa sacar os valores em espécie no banco ou caixas eletrônicos para efetuar o pagamento da fiança na Delegacia de Polícia.

Assim, como é notório no Estado de Mato Grosso, o cidadão, ao efetuar saque de valores em espécie nos caixas eletrônicos e bancos, fica à mercê da vulgarmente chamada “saidinha de banco”, onde criminosos abordam as pessoas para subtrair os valores sacados após saírem dos estabelecimentos financeiros.

Com isso, ao possibilitar o pagamento da fiança através do PIX, o familiar do afiançado poderá efetuar o procedimento de forma segura sem precisar se deslocar com o dinheiro da instituição financeira até a Delegacia de Polícia.

Diante do exposto, solicito aos meus nobres pares a aprovação desta proposição.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 10 de Novembro de 2021

**Wilson Santos**  
Deputado Estadual